

**NARRATIVAS E NARRADORES DAS AGRURAS DA NACIONALIDADE: A
REVOLUÇÃO BRASILEIRA NAS EPOPÉIAS DE EUCLYDES DA CUNHA,
CAPISTRANO DE ABREU E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA**

Sander Cruz Castelo

RESUMO

Neste ensaio, diagnostica-se a problemática da invenção da nacionalidade brasileira, em três obras matriciais: *Os Sertões* (1902), de Euclýdes da Cunha, *Capítulos de história colonial* (1907), de Capistrano de Abreu, e *Raízes do Brasil* (1907), de Sérgio Buarque de Holanda. Redigidos nas primeiras décadas dos noventa, num contexto de imposição de novo regime político e diversificação da atividade econômica, esses livros nasceram da tentativa de, em se inquirindo os primórdios da “revolução brasileira”, com os respectivos inimigos e agentes, no período colonial e imperial, esboçar suas linhas de fuga no presente.

O cerne do trabalho é a análise da obra de Holanda. As outras duas produções aparecem por a terem inspirado, no tema e método. Não fossem elas, não se teria feito a passagem do cientificismo do XIX para o realismo da geração de 30. Sem elas, o Brasil sertanejo não adquiriria visibilidade, condenando, de saída, todo e qualquer esforço de entender o país.

Palavras-chave: Intérpretes do Brasil; Revolução Brasileira; Teoria da História

“OS ÚLTIMOS DIAS DO BRASIL”, POR EUCLYDES DA CUNHA

“Venci por mim só, sem reclames, sem patronos, sem a Rua do Ouvidor e sem rodas”. E. Cunha, em carta ao pai (1903)

Quando Euclýdes da Cunha (Cantagalo, RJ, 1866 - Rio de Janeiro, RJ, 1909) publica sua obra maior, *Os sertões* (1902), descrê que as demandas dos republicanos históricos ecoem junto aos cafeicultores que se instalaram no poder. O projeto da nacionalidade submergira com Canudos. A destruição do Arraial fora um golpe certo

contra a nação que se constituía nos sertões, incorrupta pelos vícios da civilização de implante que imperava no litoral. Instalara-se, pois, descontinuidade num processo que poderia desembocar na formação de um povo novo, produto de espaço (cap I: “A terra”) e mestiçagem (cap II: “O homem”) diversos e, pode-se dizer, benfazejos, a longo prazo. O litoral vencera o sertão (cap III: “A Luta”), mas arruinara a utopia de se formar uma nação. Espaço que não impunha os óbices necessários à constituição de uma raça sólida e duradoura, do lado do branco colonizador, dada as facilidades de vida oferecidas pela generosidade do solo, da flora, da fauna e de mão-de-obra; e que ocasionava a estagnação do negro, “raça dominada...(que) teve, aqui, dirimidas pela situação social, as faculdades de desenvolvimento...(tendo) sobre os ombros toda a pressão da vida colonial”, o litoral se tornara palco de cruzamento racial degenerativo, produtor de mulatos ou mestiços “neurastênicos”. Ao contrário, no sertão, “terra ignota”, vítima de “martírio secular”, que oscila entre “insolações demoradas” e “inundações subitâneas”, nascia uma raça “atávica” porém “forte”, o “curiboca” ou “jagunço”, temperada num meio hostil e ilhado pela conformação natural, por via do contato do indígena, “inapto ao trabalho e rebelde sempre, ou mal tolhido nos aldeamentos pela tenacidade dos missionários”, com o *bandeirante* paulista, que subia o São Francisco em busca do ouro ou de escravo, o *missionário*, que descia o rio para catequizar o indígena, e o *vaqueiro*, que se instalava nas suas margens, em altura média, com fins de pastoreio, e que, diversamente dos outros dois, fixava-se ao solo, “sendo possível que ..., de todo olvidado ainda, avulte com o destaque que merece na formação da nossa gente”.¹

Desconfigurada a utopia sertaneja, em evento que comprova “as loucuras e os crimes das nacionalidades”², amaldiçoou-se o destino do país. Demasiado frágil para sustentar uma nação, cabia ao litoral, antes, incorporar os sertanejos à vida civilizada, por meio da educação, da tecnologia e do trabalho produtivo, do que dizimá-los pura e simplesmente. A nação e sua frágil raça sobrevivente condenaram-se, daí em diante, ao esvaecimento. Os litorâneos assinaram o atestado de óbito da nação, ao se consagrarem “à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões”.³

O BRASIL “EFÊMERO” E “ENFERMO”, POR CAPISTRANO DE ABREU

“Punge-me sempre a mesma dúvida: o brasileiro é povo em formação ou em dissolução? Vale a pena ocupar-se de um povo dissoluto?”. C. Abreu, em carta a Domingues Jaguaribe (1909)

Capistrano de Abreu (Maranguape, CE, 1853 – Rio de Janeiro, RJ, 1927) dá a lume, em 1907, *Capítulos de História Colonial*. Desgostoso, como Euclides, dos rumos que tomara a república, porém mais indiferente às variáveis da organização política, também vê ameaçada a formação da nacionalidade. Duvida, analisando o Brasil das vésperas da Independência, no capítulo “Três séculos depois”, que existisse “não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano”. Identifica cinco “grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas...não se prezando...uns aos outros de modo particular”: os *índios*, *mamelucos* e raros *mulatos* da bacia Amazônica; os *índios* e poucos *negros* das zonas pastoris do Nordeste e Sudeste atuais; os *brancos* da zona pastoril ao Sul; e os *negros* da beira-mar. Nutre sérias reservas com a nossa falta de “associativismo”, quando se a compara com a colonização da América Inglesa: “Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas também não interessavam”. O Estado absolutista e a família patriarcal reinavam ilimitadamente sobre o indivíduo, incapaz de ação própria ou de escapar à alçada deles. “Entre o estado e a família”, diz, “não se interpunham coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progresso definitivo”.⁴

Por meio da análise das chamadas rebeliões ou revoltas nativistas da colônia, vê-se que o autor procura desesperadamente por sinais que apontem para a germinação de sentimento de nacionalidade, induzindo-nos, frustrado, a pensá-lo, muitas vezes, como construção *a posteriori* das elites imperiais e republicanas, sequiosas de inventar uma tradição. Inicia pela restauração de São Luís, em 1643. Tomada das mãos dos holandeses, que a haviam ocupado dois anos antes,

propagou-se no Ceará, onde os índios trucidaram os holandeses, que entretanto voltaram mais tarde e se mantiveram até 1654. Também produziu impressão em Pernambuco, e alentou os anelos patrióticos ainda desconexos, apontando um exemplo a seguir.⁵

Quanto à Insurreição Pernambucana (1654), sua posição não destoava muito da de Varnhagen, ao antever nela um primeiro amálgama das três etnias, na junção das forças dos batalhões comandados pelo *negro* Henrique Dias, pelo *índio* Antonio Felipe Camarão e pelo *mazombo* André Vidal de Negreiros.

“Em outros termos”, afirma, “Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional...(...)Sob a pressão externa, operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos...(...)(*Todavia*) Passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinóis quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção. Daí data a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses”.⁶

No que diz respeito à Revolta de Beckman (1684), no Maranhão, “iniciado com tamanha valentia ficou estacionário”. Decepcionado, Capistrano constata nela erro comum à outras de semelhante matiz:

Nota-se agora o caso repetido tantas vezes em nossa História: depois do triunfo, obtido antes por desídia ou pusilanimidade do atacado que por habilidade ou fortaleza do atacante, e só depois do triunfo comprado tão barato, compreende-se que o fato importa consequências, e começa-se a indagação de quais poderão ser. Dessa mandria intelectual ou miopia política não se eximiu Bequimão.⁷

De qualquer forma, outros fatores já se agregavam para a autoconfiança dos mazombos:

Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíam consideravelmente sobre a psicologia dos colonos.

Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da Coroa portuguesa.⁸

A oposição entre mazombos e reinóis é exagerada quando se estuda mais detidamente a Guerra dos Emboabas (1708). Na verdade, sob a caracterização destes últimos, “devia haver poucos portugueses”:

mas a alcunha”, relewa, “além de afrontosa, resolvia uma questão difícil: como chamar os adversários (*dos paulistas*), em sua maioria gente da ribeira do São Francisco, se muitos vieram de São Paulo ou procediam de paulistas, e eram baianos os de uma, pernambucanos os de outra margem? Chamavam emboabas a todos os que não saíram de sua região...”⁹

Já a Guerra dos Mascates (1710-1711), a Revolta de Vila Rica (1720) e outras “desordens” análogas, “não mais inspirou-as o espírito de nativismo, isto é, a queixa de espoliação, e sua importância é meramente provinciana”. Comentando a primeira, alude que “até hoje só tem triunfado no Brasil movimentos improvisados, que dispensam longas combinações e prodigalidades cerebrais”.¹⁰

A Inconfidência Mineira (1789) nem mesmo é citada pelo autor, tamanho o desprezo que lhe devotava. Os últimos parágrafos do capítulo “Três séculos depois”, no entanto, contém reserva implícita à conjuração:

Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal.

Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandrice intelectual de Bequimão e dos Mascates.¹¹

Quanto à Conjuração Baiana (1798), revolta de cunho comprovadamente popular, não é referida pelo autor.

Capistrano constata movimento oscilatório na invenção da nacionalidade, marcada por ensaios de constituição logo abortados. Nos quinhentos, não se sabia ainda se o Brasil pertenceria aos portugueses ou franceses. Nos seiscentos, com a expulsão dos holandeses, esboça-se rascunho de brasilidade. Segundo Reis, a “vitória contra os holandeses foi para os portugueses uma vitória de Pirro: ganharam, mas começaram a perder tudo. Se os portugueses tinham conquistado o litoral, os novos brasileiros controlarão o sertão”. Nos setecentos, incitada principalmente pelas minas, a conquista dos sertões se acentua, mas se mostra difusa e ambígua. O Estado português, movido pela avidez do Fisco, acompanha a interiorização do colono. Se isso produz revoltas, estas são incapazes de gerar um processo de independência autônomo, dirigido pelos aqui nascidos.¹² Daí o pessimismo de Capistrano: em fazendo o balanço dos três primeiros séculos de colonização, depara-se com o predomínio das forças “dissolventes” e “centrífugas” sobre as centrípetas, da “multiplicidade” sobre a “unidade”.

De par com Euclides, o historiador profetiza que no sertão se esconde a raiz da nacionalidade. De igual modo esnoba o litoral decantado por Varnhagen, lugar do artificialismo das instituições exógenas e inorgânicas e das soluções importadas, que trazem consigo colonialismo extemporâneo. Elogia o bandeirante pela audácia de devassar o interior do país, ampliando as suas fronteiras, e o jesuíta por proteger o nativo da sanha daquele. Estudioso da geografia, ama os rios e as veredas, por terem possibilitado a interiorização da civilização. Mais que o engenheiro fluminense, ainda preso ao cientificismo do final dos oitocentos, que já superara com as leituras dos historistas alemães¹³, positiva a cultura nativa, por meio de etnografia pioneira.

O BRASIL “À LEI DO FLUXO E REFLUXO”, POR SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.

“Não sou cético nem pessimista. (...)Ao contrário quero aceitar a realidade cotidiana tal como é, embora pense que ela vale

principalmente pelo que contém de promessa". S. B. Holanda, em carta a Mário de Andrade (1925)

Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo-SP, 1902 - São Paulo-SP, 1982) publica *Raízes do Brasil* em 1936, a partir de escritos redigidos durante a estada em Berlim, em 1929 e 1930. Abeberando-se do historicismo, principalmente de Dilthey e Weber¹⁴, procura entender o impasse em que se colocara o país¹⁵, entregue a regime político que flertava com o “despótico”, o “fascismo”, a “ditadura”, situação que o induz a apoiar a Revolução constitucionalista de SP, em 1932. A Revolução de 30 não trouxera avanço substancial na ordem política e social, pois submetida ao “caudilhismo” que corriqueiramente segue os períodos de “anarquia” no Brasil. Veladamente, o autor sugere que os novos “reformadores”, como os do passado, encontraram duas saídas “superficiais” e “enganadoras”. A primeira, “a pura e simples substituição dos detentores do poder público...*(é aleatória)* quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade”. A segunda “está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude comprovada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo”.¹⁶

Ambos, o “aparelhamento” dos quadros políticos e a obsessão legiferante, constituíam legados do Império, tempo em que se erige um Estado independente mas descompassado com o ritmo da sociedade. Força regressista, o aparelho estatal, particularmente no Segundo Reinado, somou-se às outras estratégias de sobrevivência da elite escravista, cujas bases econômicas de reprodução viram-se ameaçadas pela potencialização das atividades urbanas, eminentemente capitalistas. Ruralista e patriarcal, estrategicamente moldou o Estado aos seus fins de conservação, a figura do funcionário “patrimonial”, que indissocia o público do privado (ao contrário do “burocrático”, weberiano), sendo exemplo modelar dessa tentativa de se subverter o fato elementar de que “não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição... só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade”.¹⁷

No plano ideológico, o “positivismo” e o “romantismo” tiveram idêntico fim conservantista no Brasil imperial. Manejados pelo “bacharel”, figura afeita às “profissões liberais”, e “relacionada com a transição brusca do domínio rural para a vida urbana”, corroboravam o “prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade”. Diversamente do que apregoava Comte, no *Discurso sobre o espírito positivo* (1844), os positivistas brasileiros eram “negadores”. Pois, “não existiria”, interroga-se Holanda, “à base dessa confiança no poder milagroso das idéias, um secreto horror à nossa realidade?”.¹⁸ A democracia fora sempre, entre nós, um “mal-entendido”:

Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.(...)Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.¹⁹

Os românticos brasileiros são fruto de contexto semelhante. Com a migração da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, os “velhos padrões coloniais” têm a continuidade intimidada. Muitos, não se conformando com as mudanças, confundem a realidade com a “*dura, triste* realidade”. Essa “crise subterrânea, voraz”, impele os “melhores” e “mais sensíveis” a odiar a vida, “o cárcere da vida”. Segundo o autor,

Há mesmo do que alarmar nesse alastramento de uma sensibilidade feminina, deliquesciente, linfática, num momento em que, mal acordados para a vida de nação independente, todas as nossas energias deveriam concertar-se para opor um anteparo aos estímulos negadores.(...)Tornando possível a criação de um mundo fora do mundo, o amor às letras não tardou a instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana. Não reagiu contra ela, de uma reação sã e fecunda, não tratou de corrigi-la ou dominá-la; esqueceu-a, simplesmente, ou detestou-a, provocando desencantos precoces e ilusões de maturidade.²⁰

Como se vê, existia abismo entre a infra-estrutura e a superestrutura. A organização política e as ideologias não se coadunavam com a vivacidade e singularidade da economia e da sociedade, servindo, na verdade, como “freios” das elites agrárias frente às últimas. À medida que a estrutura produtiva (com o avanço do comércio e da indústria, incluído aqui o café, “planta democrática”, de “exploração industrial”) e a vida social iam se desenvolvendo e se autonomizando das matrizes “ibéricas”, os potentados rurais, ou melhor, seus descendentes, se encastelavam astuciosamente na burocracia do Estado e no campo cultural, visando maximizar o poder que lhe restava, prorrogando, assim, a derrocada.

O Brasil monárquico, pois, seria legatário da “herança rural”. A abolição irrestrita da escravatura (1888), “golpe fatal” que atingira profunda e irreversivelmente a base material em que se apoiava a “aristocracia rural”, submetendo, finalmente, o campo à cidade, não conseguira, contudo, liquidá-la (a aristocracia) inteiramente. Tampouco a República, ao instituir, no lugar do “patriciado”, uma “plutocracia” inabilitada para instituir “forma exterior complementar” à “urbanização contínua, progressiva, avassaladora...*(que)* destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo”.²¹ Daí a “maturidade precoce” do novo regime, contaminando pelas mesmas deformações do Império.

Não obstante os empecilhos renitentes interpostos ao “americanismo”, existe “um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos (*a abolição e a república*) e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única coisa que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”. “Processo demorado”, afirma, “e que vem durando pelo menos há três quartos de século”, a “revolução brasileira” representa a agudização de “dois movimentos simultâneos e convergentes...de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em *colônias* das cidades”.²²

A Revolução de 30, todavia, fora meramente “horizontal”. Dado que as “palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que

pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância”²³, a crítica ao nosso liberalismo feita historicamente pelo “caudilhismo” vem padecendo do mesmo mal da ilustração “íbero-americana”, isto é, aversão à “despersonalização democrática”.²⁴ “É freqüente”, diz Holanda, “imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro”. O autor autoriza as palavras do naturalista norte-americano Herbert Smith, quando este afirma que a América do Sul necessita de “uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos incapazes”.²⁵ Não que os “homens de bem” das elites devessem sofrer “expurgo”, mas a sua “amalgamação” com os “menos afortunados”, marginalizados da vida política, acabaria com a “desventura” das “classes cultas”, “isoladas do resto da nação”.²⁶

Não entusiasma o autor o comunismo tupiniquim, igualmente vítima, como o liberalismo e o fascismo, das distorções de sociedade patriarcal. Contraditoriamente, a ideologia

atrai entre nós precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional. Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a ‘mentalidade anarquista’ de nosso comunismo, do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários.²⁷

Em nota adicionada em edição posterior, referente à citação anterior, dirá:

Redigidas e pela primeira vez publicadas em 1935, estas palavras já não parecem corresponder à realidade presente. Restaria saber se o zelo, principalmente sentimental, com que inúmeros dos nossos comunistas seguem hoje um chefe ‘que nunca erra’ (*Prestes, imagino*) não seria a causa de tal mudança, muito mais do que a adesão consciente e refletida aos princípios marxistas.²⁸

A saída está em se liquidar os “fundamentos personalistas”, “aristocráticos”, de nossa sociedade. Não se crê em “convulsões catastróficas”, capazes de, por via de “mortal golpe”, transformar, via “preceitos de antemão formulados”, “valores longamente estabelecidos”. Ao contrário,

se o processo revolucionário a que vamos assistindo...tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua acarretar.²⁹

Nossos colonos herdaram o “personalismo” da Ibéria medieval, onde o prestígio pessoal valia mais que o nome herdado, resultando, por conseqüência, em sociedade de solidariedade frágil, pautada na afeição pessoal, e cujo individualismo aristocrático, naturalizador das diferenças sociais, incitara à supervalorização da autoridade. Materializado no contexto da família patriarcal brasileira³⁰, à proporção que é pressionado pela urbanização, o personalismo traduz-se no “patrimonialismo” e nas virtudes da “cordialidade”. Estas, opostas em tudo à “civildade”, que, portadora de “qualquer coisa de coercitivo...(*exprime-se*) em mandamentos e sentenças”, são “expressões legítimas de um fundo motivo extremamente rico e transbordante”:

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade...(*mostram que*) que no ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro...tende a ser a que mais importa.³¹

A “civildade” ou a “polidez”, diversamente, é

organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte superior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale

a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções...(*revelando*) triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.³²

Surpreendentemente, não haveria “incompatibilidade absoluta” do personalismo legado “com os ideais democráticos”. Três “fatores” o credenciarium na desova dos segundos, quais sejam,

a repulsa dos povos americanos...por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;...a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas..., que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;...a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor.³³

Além disso, a idéia da “bondade natural” do homem, amplificada pelos iluministas, coadunava-se com a nossa cordialidade.

Segundo o autor, “estaríamos vivendo...entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”.³⁴ Apesar de cunhar a denominação “democracia brasileira” para singularizar a experiência “americana” da matriz européia, reconhece a relativa “impropriedade” do conceito, dado que, diferentemente do modelo original que o substantiva, a concreção da democracia nos trópicos se subordina aos ditames da “nossa realidade”:

Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos

cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito à ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se vêem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas.³⁵

“E o que somos, então?”, poderia se perguntar quem lê o último parágrafo do livro. Bastaria retornar ao seu início, para redescobrir que “somos ainda uns desterrados em nossa terra...todo o fruto de nosso trabalho e de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”. Vingaremos como povo na medida em que reconhecermos e americanizarmos nossas raízes ibéricas, dado que “a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências”. O bom êxito da empreitada depende de “termos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros”.³⁶ Até agora, o “americano é ainda interiormente inexistente”, insuficiente, resumindo-se o “americanismo...numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”.³⁷

Daí o desenvolvimento de algumas potencialidades, em desfavor de outras, entrevistas na “cordialidade”, nascida da transfiguração dessas raízes no contexto da intensificação urbana do século XIX, e “contribuição brasileira para a civilização”, despontar como a principal vereda da “revolução brasileira”. Explorando seus matizes políticos no Império (principalmente os negativos), em obra publicada em 1972³⁸, o autor não descuro de inquirir sobre suas origens já no mundo colonial, através do estudo, inspirado em Capistrano, do bandeirantismo nos séculos XVII³⁹ e XVIII⁴⁰, movimento de conquista do oeste originado no planalto de Piratininga. Nos setecentos, eminentemente terrestres, as entradas e bandeiras foram bem sucedidas porque o

sertanista soubera aproveitar-se do saber nativo, indispensável nas difíceis excursões interioranas, movidas pelo ouro e caça do indígena.⁴¹ Nos oitocentos, fluviais, representaram a retomada dos valores “adventícios”, dada a maior disciplina e racionalidade requerida, mais condizente com a atividade, “capitalista”, encetada por comerciantes ávidos por enriquecimento a partir da venda de produtos aos centros distantes, desprovidos deles. Segundo Wegner, nesse “segundo momento da fronteira”, “a cordialidade lentamente se disciplina e se civiliza, sem, contudo, um rompimento radical com suas características iniciais”.⁴² “Diluição e recuperação”, como diz Holanda, no prefácio de “Caminhos e Fronteiras”. Após corporificar-se, nas centúrias anteriores, no *bandeirante* e no *monçoeiro*, a cordialidade se encarnaria no *tropeiro* e no *fazendeiro*, nos novecentos.⁴³ A “crise” vivida no país, quando publica o livro, como as anteriores, advinham justamente de não nos reconhecermos como fundamentalmente cordiais.⁴⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante o ensaísmo não mais exerça a mesma fascinação de outrora na intelectualidade brasileira, a preocupação com os caminhos e descaminhos da brasilidade não se esvaiu, aguçando-se, de fato, nos últimos anos, instada pelo temor dos efeitos da globalização. Se as reflexões em torno do “Brasil real e o legal, o Brasil aparente e o Brasil profundo, o litoral e o sertão, o Norte e o Sul, o Brasil arcaico e o moderno, a consciência ingênua e a consciência crítica, o autêntico e o espúrio”, tomaram outras configurações, mais microscópicas, não perderam a importância.⁴⁵ O trabalho de ereção da nacionalidade, naturalmente incompleto, exige a mobilização permanente das elites pensantes. Esforço penoso e torturante, mas a que não se deve abdicar, pois, como diria um de nossos mestres: “A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola”.⁴⁶

Muitas vezes o desânimo nos rodeia, a pátria nos acossando com injustiças e misérias de toda ordem, que nos impelem a questionar o empreendimento. Todavia,

somente o indagamos quanto a sua superfície, nunca comprometendo suas bases, pois compartilmos o sentimento externalizado um dia por aquele mestre: “Amo, admiro o Brasil, e espero nele. Os maus brasileiros passam, o Brasil fica”.⁴⁷

Há que se reinventar periodicamente a nacionalidade, por um único motivo, qual seja, o de estarmos condenados a ela. O presente, repleto de possíveis, o exige: “Ninguém menos apto, em realidade, para conhecer e valorizar o passado do que aquele que voluntariamente fecha os olhos à sua época, às solicitações e aos estímulos do mundo que o cerca”.⁴⁸ Não esmoreçamos, dado que “escrever História é um modo de desembaraçar-se do passado”.⁴⁹

Não importa se a edificação é frágil. Sempre podemos narrar, ou inventar, outra história:

*(Holanda descreve) o que foi com a empáfia de quem, no fundo, está descrevendo o que devia ter sido. O que devia ter sido passa a ter o valor do que é, historicamente e a-historicamente, graças à substituição de um velho por um novo vocábulo (porém, contemporâneo ao velho). O que devia ter sido - até o momento em que um terceiro e novo vocabulário seja ‘descoberto’ por novos e imprevisíveis leitores- é.*⁵⁰

NOTAS

¹CUNHA, Euclides da. “Os Sertões”. In: *Obra completa - vol II*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, pp. 165-166.

²*Ibidem*, p. 515.

³*Ibidem*, p. 455.

⁴ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 220-221.

⁵*Ibidem*, p. 123.

⁶*Ibidem*, pp. 104-105.

⁷*Ibidem*, p. 129.

⁸*Ibidem*, p. 155.

⁹*Ibidem*, p. 159.

¹⁰*Ibidem*, pp.159-162.

¹¹*Ibidem*, p. 221. Capistrano contestara, quatro anos antes, o culto à Tiradentes encetado pelos republicanos: “Não será para estranhar que algum jovem nortista, intrigado pelas honras prestadas à Tiradentes em detrimentos dos Mascates e dos republicanos de 17, se proponha a provar que Silvério foi um benemérito, porque a conjuração mineira nunca adquiriu uma arma nem passou de conversas ociosas, queria a desmembração do Brasil e não sua unidade, avançava um movimento destinado a falhar miseravelmente, sem o abalo simultâneo das colônias espanholas (...). Já não se fez coisa semelhante com Calabar?”. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos*: 3ª série. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938, pp. 184-185. Tristão de Athayde relata que amigo do escritor ouvira dele que “a única coisa que eu tive mesmo em vista (*ao escrever os capítulos*) foi o seguinte: mostrar que se pode escrever toda a história colonial do Brasil sem mencionar sequer o nome de Tiradentes”. CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu*: tentativa biobibliográfica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, pp. 170-171. Contemporaneamente, alguns ainda consideram a ausência grave, dado que fragilizaria a própria argumentação do autor. É o caso, por exemplo, de Vainfas, para quem “é pena...que (*Capistrano*) tenha excluído dos *Capítulos* as conjurações do século XVIII- excelente campo de observação para estudar os graus de consciência gerados na colônia e as perspectivas de futuro que alguns segmentos de elite chegaram a cultivar. Esta... é uma lacuna eloqüente dos *Capítulos*, porque toca de perto a tese central de Capistrano”. VAINFAS, Ronaldo. “Capítulos de história colonial”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico 1. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2001, p. 187.

¹²REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu”. In: *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, pp. 104-111.

¹³Arno Wehling divide a obra de Capistrano em duas fases. A primeira, francófila, levaria a marca do cientifismo de Spencer e Buckle, estendendo-se, aproximadamente, de 1874 a 1883. A segunda, germanófila, se inspiraria no realismo histórico de Ranke. WEHLING, Arno. *A Invenção da História*: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: UFF/ Gama Filho, 1994.

¹⁴REIS, José Carlos. “Anos 1930: Sergio Buarque de Holanda”. Op. Cit., pp. 119-122. Dias sugere também a influência de Vico, e sua busca da especificidade, do pormenor, do fragmentário. DIAS, Maria Odila da Silva. “Raízes do Brasil: texto introdutório”. In: SANTIAGO, Silviano (org). *Intérpretes do Brasil*. 2ª ed. vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

¹⁵SALLUM Jr, Brasília. “Raízes do Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). Op. Cit., pp. 255-256.

¹⁶HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Raízes do Brasil”. In: SANTIAGO, Silviano (org). Op. Cit., p.1076.

¹⁷*Ibidem*, p. 1044. Faoro discorda da interpretação corrente, que reconhece na obra de Holanda a tese de um Brasil patrimonialista: “Supostamente apoiado numa citação de Max Weber, afirma (*Holanda*) que o *funcionário patrimonial* faz da gestão pública *assunto de seu interesse particular*. Ocorre que Max Weber não disse o que a citação faz aparentemente supor: o que ele disse é que o *funcionário patrimonial* faz da sua gestão “puro assunto pessoal do senhor”. Na verdade, Sérgio Buarque não quis dizer que a ordem político-social era “patrimonialista” (discordando, com renovadas homenagens de respeito, de Antonio Candido, em prefácio a *Raízes do Brasil*, p. XVIII), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada. Esta, a meu ver, é a interpretação correta, evitando atribuir ao historiador uma infidelidade ao texto mencionado de Max Weber, num livro que trouxe pioneiramente ao conhecimento dos estudiosos brasileiros”. FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das

instituições brasileiras”. In: CANDIDO, Antonio (org). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, pp. 61-62.

¹⁸HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., pp. 1058-1061.

¹⁹*Ibidem*, p. 1062.

²⁰*Ibidem*, p. 1064. O rompimento de Holanda com os modernistas deveu-se a essa repulsa ao real, que o historiador percebia neles, particularmente à história do país, incitando-os ao quixotesco, ao gongórico, ao voluntarismo: “Na base da revolta”, argumenta Prado, “fundas circunstâncias de cultura, coladas no perfil do colonizado, persistiam como o oponente invisível na trajetória entre as esferas da ordem e da desordem, para retomar aqui os termos da mencionada análise de Antonio Candido. Sob sua influência, os modernistas da desordem, a exemplo dos modernistas da ordem, estão integrados, com as naturais diferenças de imaginação e talento, no quadro da subideologia dos que fazem tábula rasa do poder milagroso das idéias para escapar à crueza da realidade circundante”. PRADO, Antonio Arnoni. “*Raízes do Brasil e o modernismo*”. In: CANDIDO, Antonio (org). Op. Cit., p. 80.

²¹HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., p. 1074.

²²*Ibidem*, pp.1069-1071. Segundo Candido, “esse novo Brasil, que ele (*Holanda*) chama ‘americano’, para indicar uma especificidade que o afasta do tronco ibérico, era sobretudo o Brasil meridional transformado pela imigração, sendo curioso que não tenha feito referência ao imigrante para caracterizar uma nova era devida em parte à influência deste. No capítulo final de *Raízes do Brasil* podemos dizer que há uma espécie de oposição entre duas trincas: luso-brasileiro-domínio rural-agricultura *versus* imigrante-cidade-indústria”. CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Op. Cit., p. 84.

²³HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., p. 1077.

²⁴Analisando as *Cartas Chilenas*, em artigo intitulado “À margem da Inconfidência”, publicado n’O Estado de São Paulo”, em 27/02/47, Holanda, referindo-se ao autor, Tomás Antônio Gonzaga, escreve que “orgulhoso de seu sangue limpo, encarava com maus olhos a jactância de mulatos e filhos de taberneiros, galgando as posições e ganhando consideração. A revolta desse inconfidente era, no fundo, um ressentimento de aristocrata”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova História*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 159. Comentando sobre o autor e determinado trecho da obra em outro trabalho, Holanda faz o seguinte juízo: “Reconhece-se nesses versos muito menos o inconfidente futuro que o tratadista do Direito Natural, empenhado em opor aos costumes e idéias subversivos de seu tempo o dique do despotismo ilustrado de Pombal e D. José I”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 428.

²⁵SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá* (São Paulo, 1922), p. 182 *apud* HOLANDA, Sérgio Buarque de. “*Raízes do Brasil*”. Op. Cit., p.1078.

²⁶*Ibidem*, p. 1078.

²⁷*Ibidem*, p. 1084.

²⁸*Ibidem*, p. 1084. Em 1928, Holanda recusou convite para ingressar no BOC, o PCB ilegal.

²⁹*Ibidem*, pp. 1077-78.

³⁰Inicialmente, com o “tipo humano” do “barão”, “round character” construído por Holanda para singularizar o latino-americano. Depois, com a figura do “semeador”, para diferenciar o colono lusitano do castelhano. Sobre o segundo tipo, afirma Santiago que é “narrador

personagem extraído da moderna ficção ocidental..., herdeiro do romance inglês (*novel*, no original), tal como foi constituído no século 18, a partir de obras literárias como *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe. Como paralelo contemporâneo, não se pode desprezar o romance *Il Gattopardo* (1958), de Giuseppe di Lampedusa. (...) Que diferença haveria entre a ilha de Robinson, tomada alegoricamente, e as *minirrepúblicas*...levantadas e governadas pelos senhores de engenho brasileiros?” Santiago também compara o “semeador” aos personagens de José de Alencar, em *O Guarani* (1857). Mas a sua fonte primacial seria a carta de Pero Vaz de Caminha, com a metáfora da semente: “A lógica gramatológica que é avançada pala primeira vez por Caminha, e assimilada pela leitura tardia de Sérgio, se evidencia através da constatação de que, por um lado, é *indispensável* que - metaforicamente –os missionários portugueses plantem na nova terra a semente da palavra de Deus e, pelo outro, é dispensável aos civilizadores o trabalho de plantio da semente vegetal na terra selvagem, pois esta é em si ubérima.”. Quanto ao estilo da escrita, seria “construtivista”, antecipando a obra de João Cabral de Melo Neto. SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, pp. 61-63; 77; 89, 127.

³¹HOLANDA, Sérgio Buarque de. “*Raízes do Brasil*”. Op. Cit., pp. 1049-1051.

³²*Ibidem*, pp. 1050-1051.

³³*Ibidem*, p.1081.

³⁴*Ibidem*, p. 1078.

³⁵*Ibidem*, p. 1084-1085.

³⁶*Ibidem*, p. 945.

³⁷*Ibidem*, p. 1070. Nesse sentido, podíamos aprender com a adaptabilidade e o “realismo pedestre” do português na colonização do Novo Mundo, em tudo opostos à construção do “paraíso terreal” encetada pelos impositivos espanhóis. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Publicado originalmente em 1959.

³⁸HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. 7ª ed. vol. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Publicado originalmente em 1972.

³⁹HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Publicado originalmente em 1957.

⁴⁰HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000. Publicado originalmente em 1945.

⁴¹Blaj argumenta que, “contrariando os escritos dos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, (*os de Holanda mostram que*) nada há de apologético no nosso ancestral bandeirante. (...) o bandeirante não é o herói altivo, valente e rebelde...”. BLAJ, Ilana. “Historiador da cultura material”. In: CANDIDO, Antonio (org). Op. Cit., pp. 34-35.

⁴²WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 162.

⁴³*Ibidem*, p. 181.

⁴⁴Santiago superdimensiona o relevo dado por Holanda às peculiaridades da democracia brasileira futura, chegando mesmo a insinuar que ele, “tradicionalista silencioso”, sofreria de nostalgia da harmonia do mundo medieval. Argumenta que, para o historiador, aquela não se deveria pautar pelo pragmatismo nem pela fria impessoalidade capitalista, mas pelo

“compromisso sentimental”, entendido como o “retorno do recalcado” (a ordem familiar), de forma “deformada”, por meio da “máscara” da cordialidade. SANTIAGO, Silviano. Op. Cit., pp. 221-249.

⁴⁵MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. “A cultura brasileira ‘descobre’ o Brasil, ou ‘Que país é este?!’- uma pergunta à cata de respostas”, p. 34 (mimeogr.).

⁴⁶ABREU, Capistrano de. APUD CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Op. Cit.,p. 119.

⁴⁷*Ibidem*, p. 191.

⁴⁸HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova História*. Op. Cit., p. 103.

⁴⁹Goethe APUD *Ibidem*, p. 107.

⁵⁰ SANTIAGO, Silviano. Op. Cit., p. 113.